

OS ANOS DE EVO MORALES E A QUESTÃO ENERGÉTICA: MOTIVOS PARA UM GOLPE DE ESTADO?¹

THE YEARS OF EVO MORALES AND THE ENERGY ISSUE: REASONS FOR A COUP D'ETAT?

LOS AÑOS DEL GOBIERNO EVO MORALES Y LA CUESTIÓN ENERGÉTICA:
¿MOTIVOS PARA EL GOLPE DE ESTADO?

Beatriz Ventapane Freitas Luduvica Corcino²

Resumo: Neste artigo, foram apresentadas as políticas de nacionalização de recursos naturais promovidas pelo governo do ex-presidente boliviano Evo Morales entre os anos de 2010 e 2016. O presente trabalho buscou identificar elementos que possam inserir a questão energética e as medidas tomadas pelo governo Morales como parte das motivações que levaram ao golpe em 2019. Como caminho metodológico, foram levantados documentos oficiais do governo boliviano e de outras fontes bibliográficas para embasar as hipóteses que apontam para a relevância de recursos naturais energéticos no cenário global.

Palavras-chave: Evo Morales; Bolívia; recursos naturais; questão energética; golpe de Estado.

Abstract: In this article, we presented the nationalization policies for natural resources promoted by the government of former Bolivian President Evo Morales, in the years 2010 to 2016. The present work seeks to identify elements that can insert the energy issue and the political movements of Morales' government as part of the motivations that led to the coup in 2019. As a methodological path, official documents from the Bolivian government and other bibliographic sources were raised to support the hypotheses that point to the relevance of natural energy resources in the global scenario.

Key words: Evo Morales; Bolivia; natural resources; energy issue; coup d'etat.

Resumen: En este artículo fueron presentadas las políticas de nacionalización de los recursos naturales impulsadas por el gobierno del expresidente boliviano Evo Morales, en los años 2010 a 2016. El presente trabajo busca identificar elementos que puedan incluir el tema energético y las medidas del gobierno Morales como parte de los motivos que llevaron al golpe de Estado en 2019. En relación a la metodología, fueron utilizados documentos oficiales del gobierno boliviano y otras fuentes bibliográficas para sustentar la hipótesis que apuntan a la relevancia de los recursos energéticos naturales en el escenario global.

Palabras clave: Evo Morales; Bolivia; recursos naturales; cuestión energético; golpe de Estado.

¹ Artigo apresentado em sua primeira versão de forma oral na Mesa Jovem do evento ELADISC, organizado pela UFF-Campos dos Goytacazes em 2021. Pesquisa efetuada pelo NiEAAS (Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre África, Ásia e Relações Sul-Sul) - IFCS/UFRJ e orientada pela professora Beatriz Bissio.

² Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: beatrizcorcino@gmail.com

INTRODUÇÃO - TEMA E PROBLEMATIZAÇÃO

Historicamente, a Bolívia é alvo de disputas internacionais, políticas e econômicas, o que a caracteriza como uma região de constante instabilidade. A imensa reserva de recursos hídricos pelas bacias que compõem o território boliviano e seus arredores, além das planícies e terras férteis dos pântanos, possuem extremo potencial agropecuário e, conseqüentemente, de concentração humana. Além disso, recursos minerais, energéticos ou não, estão em abundância na região, o que torna o extrativismo frequente desde o período da colonização pelos espanhóis.

A começar pelos recursos minerais metálicos, o extrativismo boliviano apresentou seu primeiro “ciclo” de exploração da prata da região de Potosí no começo da colonização, no século XVI, até seu auge nas décadas finais do século XIX. Após esse período, entre 1920 e 1970, o desenvolvimento da mineração de estanho - elemento químico utilizado para a formação de diversas ligas metálicas e que faz ligação com metais de suma importância, como chumbo, ferro e zinco - tornou a Bolívia em um dos maiores produtores desse minério no mundo (RODRIGUES, 2014). Contudo, no cenário atual, os dois recursos naturais mais relevantes para a economia boliviana, estando também entre os mais utilizados no mundo, são: o gás natural e o lítio.

Na década de 1990, foram descobertas reservas de gás natural na Bolívia em tal volume que chegou ao ponto de torná-la a segunda maior reserva do continente. A importância desse recurso energético pode ser observada em todo o mundo, pois ele é objeto de conflitos, a exemplo dos diversos casos observados no Oriente Médio - muitos dos quais contam com participação estrangeira -, o que acentua a relevância estratégica de se ter um recurso como esse em seu território. Em resumo, o gás natural é um combustível fóssil derivado da degradação de matéria orgânica e que, em comparação aos demais, é mais leve e, conseqüentemente, de queima mais limpa. O recurso impulsiona grande parte da economia boliviana, e um de seus principais parceiros comerciais nesse fornecimento é, justamente, o Brasil, via Gasbol (Gasoduto Bolívia-Brasil), ainda que com queda recente nesse comércio, em grande medida por uma mudança na perspectiva da política externa brasileira.

Em 2006, sob o governo de Evo Morales, a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB), empresa responsável pela exploração, destilação e venda do gás natural boliviano, foi nacionalizada, resultando num aumento da renda anual estatal em mais de US\$2 bilhões, o que contrariou, pelo menos neste primeiro momento, interesses das esferas privadas estrangeiras, associadas às elites nacionais, que se apropriavam dos recursos energéticos de maneira desigual, gerando pouca receita financeira para o país.

Com a eleição de Evo Morales em 2005, ocorreu na Bolívia todo um processo de mudanças na política externa do país, com foco, principalmente, em movimentos de integração regional e naquilo que tange à nacionalização de recursos. Tendo em vista o potencial do lítio como recurso energético, considerado por alguns como o “petróleo do futuro”, o país sul-americano passou a ser centro de interesses externos, tanto de outros governos e do setor privado internacional, quanto da própria elite nacional; e as políticas tomadas por Morales se colocaram em contrapartida a tais interesses.

Em 2019, houve um controverso processo eleitoral, com atrasos de apuração, além de discussões acerca da constitucionalidade ou não de uma possível reeleição para o quarto mandato de Evo Morales, decisão que foi reiterada pelo Supremo Tribunal Eleitoral do país, decidindo que o então presidente poderia, sim, concorrer novamente. Nas urnas, o resultado foi favorável ao candidato em questão, que foi reeleito. Contudo, desde a apuração, tal processo vinha sendo questionado com diversos protestos contrários, inflados pelos políticos opositores do então presidente, que resultaram em mortes, greves e diversas crises. Dentre esses opositoristas, destacam-se o ex-presidente Carlos Mesa e o político Luis Fernando Camacho, que se tornou um dos principais mobilizadores da oposição. Em adição a isso, a narrativa de que houve fraude eleitoral foi corroborada pela OEA³, algo que posteriormente foi provado como falso pela própria organização.

A crise na Bolívia foi se agravando pelo mês de outubro, quando grupos paramilitares ameaçavam o presidente eleito e seus partidários, chegando, nas palavras de Morales, a atear fogo na casa de sua irmã. O clima se tornou insustentável, e, após as forças armadas do país sugerirem que o presidente deveria renunciar para amenizar a situação, Morales atendeu às pressões e se afastou do cargo no dia 10 de novembro de 2019. Em efeito cascata, com a continuidade das ameaças, os políticos que participavam do governo foram renunciando, alguns - como o próprio ex-presidente e seu vice, Álvaro García Linera - chegaram a se exilar em outros países. Em meio a esse processo, um governo interino de direita, alinhado aos interesses privados, assumiu o poder, sob a liderança de Jeanine Áñez, e foram convocadas novas eleições para o final de 2020, também de forma conflituosa e contando com diversos atrasos, quando, então, o ex-ministro e correligionário de Morales, Luis Arce, foi eleito, conseguindo reverter parcialmente o quadro de instabilidade política.

³ Organização dos Estados Americanos.

A qualificação de golpe de Estado para o ocorrido na Bolívia não é consenso entre especialistas. Alguns apontam que uma inconstitucionalidade na candidatura de Morales já seria um golpe por parte do presidente, outros argumentam que, enquanto a decisão de reeleição foi apoiada juridicamente pelo Supremo Tribunal Eleitoral, a participação de forças armadas e paramilitares, o incentivo a uma convulsão popular, um relatório tendencioso da OEA que foi provado falso e, ainda, a renúncia forçada, todos esses fatores se configuraram como um golpe de Estado para destituir o presidente eleito legalmente. Partindo disso, o presente artigo está de acordo com a segunda argumentação e, por isso, levanta a seguinte pergunta: de que modo a política externa boliviana nos anos de Evo Morales e seu enfoque na nacionalização de recursos se qualificam como parte dos conflitos de interesses que incitaram o golpe de 2019?

Dessa forma, o objetivo geral deste artigo é identificar os elementos de interesse externo na matriz energética boliviana, tendo como recorte os anos de nacionalização, com enfoque no período do segundo mandato de Morales e no conturbado golpe de 2019. Além disso, pretende identificar as bases da política externa boliviana nos anos de governo de Evo Morales, a partir do levantamento dos documentos do Ministério de Relações Exteriores da Bolívia e do Ministério de Mineração e Metalurgia, buscando apontar a correlação entre os interesses nos recursos naturais e a destituição do governo de Morales no processo do golpe que ocorreu em 2019.

A hipótese inicial desta pesquisa é que Evo Morales representava uma ameaça para os interesses dos setores privados nacionais e internacionais relacionados à mineração, os quais observaram sua margem de lucro reduzir, desde o começo de seu mandato, com suas medidas de nacionalização de recursos e fortalecimento das pautas indígenas, como o reconhecimento da autonomia indígena e do direito à terra garantido pela Constituição de 2009 que, via consulta popular, tornou a Bolívia em um Estado Plurinacional.⁴

A maior ameaça representada pelo Chefe de Estado está, principalmente, na nacionalização de recursos. Em síntese, apesar das dificuldades ainda presentes na extração do lítio boliviano por questões de infraestrutura, a hipótese desta pesquisa é de que a reserva do metal que pode se tornar o “petróleo do futuro” estaria no centro de interesses do mercado e, conseqüentemente, torna a região em uma área de conflito, sendo fator essencial na compreensão do golpe de 2019.

⁴ Sobre isso, ler “Estabelecer o país como um Estado plurinacional, incluindo efetivamente indígenas e camponeses dentro do processo de construção política, trouxe maior representatividade a essas populações.” Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/01/25/referendo-constitucional-que-refundou-bolivia-como-estado-plurinacional-faz-10-anos>>. Acesso em: 15 fev. 2022.

Considerando isso, existiria, portanto, uma correlação entre os grupos envolvidos com o golpe e os interesses externos nos recursos naturais da Bolívia. Essa hipótese, por sua vez, está pautada nos interesses econômicos de uma elite nacional que viu sua margem de lucro reduzida pelo processo de nacionalização e que possuía vínculos comerciais com empresas internacionais.

A América do Sul viveu um quadro de estabilidade política sob governos progressistas na chamada “onda rosa”, da qual Morales fez parte e foi um nome de destaque. Nos últimos anos, contudo, viu-se um movimento de crescimento de uma força reacionária, que resultou na ascensão de governos de direita e extrema-direita, incluindo golpes de Estado, levando a uma desestabilização da região e ao enfraquecimento das instituições de integração regional. É importante, portanto, identificar os possíveis mecanismos de rompimento da ordem vigente e os interesses por trás desses processos.

Foram levantados dados em fontes oficiais do governo boliviano, disponíveis online pelo site do Ministério das Relações Exteriores do país e do Ministério de Mineração e Metalurgia, apontando os princípios que regem a sua política externa, assim como fontes bibliográficas sobre o tema. A pesquisa está sendo desenvolvida a partir de um cruzamento entre a parte estratégica, demonstrada pelos documentos legais, e a parte econômica por via de registros de transações comerciais, analisadas à luz das teorias neorrealistas de Relações Internacionais, especialmente as relacionadas ao conceito de interesse nacional. A escolha da periodização - os anos intermediários do governo de Evo Morales, entre 2010 e 2014 - deve-se pela compreensão da mudança dos pilares da política externa boliviana a partir da ascensão de Morales. Apesar do enfoque central ser a Bolívia, é importante ressaltar que, para o andamento deste trabalho, são estabelecidas comparações com outros países da América do Sul, até mesmo considerando que a integração regional estaria na base de um dos pilares da Política Externa de Morales.

LÍTIO E A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA

Geograficamente, existe o chamado triângulo do lítio, composto pela região entre o Salar del Hombre Muerto na Argentina, o Salar de Atacama no Chile⁵ e o Salar de Uyuni na Bolívia.⁶ Essa área detém, sozinha, 92% de todas as reservas de lítio no mundo. Começando a sua importância a partir de seu papel na construção de armas nucleares, durante meados do

⁵ Maior produtor de lítio atualmente.

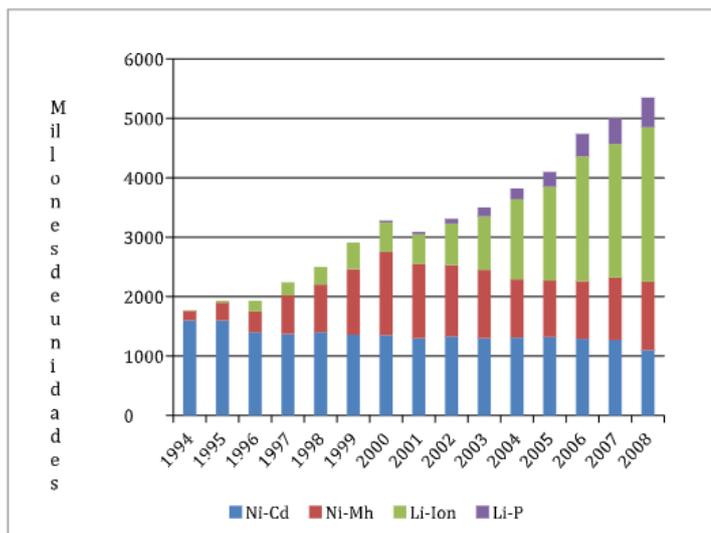
⁶ Maior reserva, mais de 50% do lítio mundial, ainda com muito a ser explorado.

século XX, o lítio não era tão relevante nos outros aspectos tecnológicos naquele momento e, portanto, não tinha o mesmo destaque que vemos nos dias de hoje. Isso foi gradualmente mudando com as inovações tecnológicas, em que as propriedades desse metal foram se tornando cada vez mais benéficas, o que o levou a se tornar presente no cotidiano de quase todo o mundo.

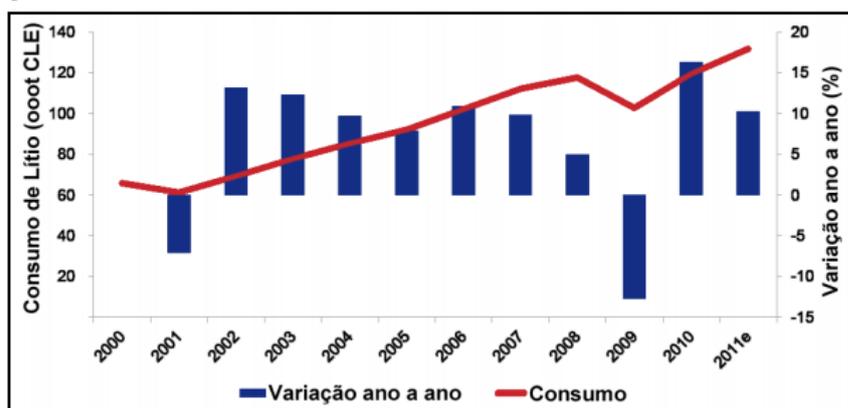
Em sua forma pura, o lítio é um metal macio, de coloração branco-prateada, que se oxida rapidamente no ar ou na água. Quanto às suas aplicações, é utilizado na obtenção de ligas metálicas condutoras de calor (alumínio), no feitiço de cerâmicas e lentes (telescópios), na produção de pilhas e baterias elétricas (celulares e notebooks) e até mesmo na medicina, onde seus sais são utilizados em medicamentos para o tratamento de depressão e do transtorno bipolar. [...] Logo, percebe-se que a importância estratégica do lítio – consequência de sua aplicação na indústria de baterias recarregáveis de quase todos os dispositivos eletrônicos portáteis consumidos no mundo, com grande capacidade de armazenamento de energia – é latente. [...] Outra vantagem da nova tecnologia de baterias de íon-lítio é sua alta densidade de energia, o que lhe permite maior capacidade de armazenamento de energia por unidade de peso, reduzindo consideravelmente o peso total destas baterias em relação àquelas produzidas a partir de NiCd ou de NiMH. Em 1992, quando se introduziram no mercado as baterias de lítio, estas tinham densidade de energia apenas 10% maior que as baterias de NiMH. Em 2005, a densidade de energia média das baterias de lítio era 80% maior que a das baterias de NiMH. (RODRIGUES, 2014, p.47)

De maneira simplificada, o lítio é principalmente utilizado em baterias de todos os tipos, desde veículos a celulares e computadores. O metal passou a ser essencial nos dispositivos portáteis de todo o globo e uma fonte energética de extremo potencial, consequentemente se tornando o recurso mais valioso da Bolívia, o que, como será visto mais adiante, também tem suas consequências negativas. Com a ampliação nos seus usos, o crescimento da necessidade de energias mais limpas e o crescimento tecnológico no geral, o mercado do lítio foi crescendo desde o começo dos anos 2000 e, atualmente, observa-se um potencial de aumento no mercado de cerca de 9% ao ano.⁷

⁷ Fonte: Global Lithium Market, 2018. Ver em: <<http://www.mordorintelligence.com>>. Acesso em: 15 fev. 2022.

Figura 1 - Utilização de Lítio em Baterias Recarregáveis

Fonte: The Rechargeable Battery Market 2008-2020. Junho, 2009.

Figura 2 - Crescimento do Consumo Mundial de Lítio - 2000-2011

Fonte: Roskill, 2012.

Assim como ocorrido com o gás natural, com a eleição do presidente Evo Morales em 2005, foi iniciado um processo de nacionalização das indústrias que exploram os recursos naturais bolivianos. Com o lítio do Salar de Uyuni não seria diferente e, em 2012, foi iniciada a primeira fase de um projeto de industrialização desse metal a partir da criação de fábricas e de todo um processo tecnológico que buscaria não apenas a extração de recursos primários, mas também a transformação desses recursos em bens de consumo.

O governo promoveu a nacionalização da extração de recursos minerais em todo o país; logo, para que empresas estrangeiras possam extrair lítio de reservas bolivianas, a nova legislação estabelece que o Estado seja sócio majoritário das companhias interessadas, de modo que este não tenha que abrir mão de sua soberania nacional e, ainda, através da cobrança de royalties e de imposto sobre os lucros, que se possa fomentar o desenvolvimento local das comunidades de onde o lítio será extraído (RODRIGUES, 2014, p.49).

PRINCÍPIOS DA MINERAÇÃO - UNASUL

A União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) é uma organização intergovernamental fundada em 2008 e que está paralisada desde 2018. Todavia, apesar do não funcionamento atual e das disputas políticas internas, a UNASUL teve um papel de extrema relevância em acordos e iniciativas de cooperação e infraestrutura regional. Diante disso, um dos pontos debatidos desde a VI Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da UNASUL, ocorrida em novembro de 2012 em Lima, Peru, foi justamente a construção de uma estratégia quanto aos recursos naturais regionais do continente. Desse modo, no documento de diretrizes estabelecido nesta cúpula, foram discutidas formas de gestão para pensar os princípios de utilização de recursos naturais para os membros da UNASUL, sendo estas a gestão econômica, gestão científica, gestão social e gestão ambiental (BRUCKMANN, 2014).

No seu primeiro ponto, a gestão econômica é baseada no desenvolvimento industrial em grande escala, assim como em instrumentos capazes de viabilizá-las e no fomento ao comércio intrarregional e às exportações extrarregionais. Assim, facilitaria os acordos comerciais entre os países da América do Sul para atender às demandas internas de mercado. Dentro dessa gestão, seriam pensadas, também, maneiras de garantir uma base financeira e a construção de infraestruturas adequadas entre os centros de mineração. O ponto seguinte, da gestão científica, é baseado no desenvolvimento de instrumentos capazes de estudar os ciclos de inovação tecnológica na economia mundial e de desenvolver a ciência, a tecnologia e a inovação em setores estratégicos.

Gestão social é a que planeja a redução de tensões sociais, buscando criar e aprimorar mecanismos de consulta às populações locais em relação à gestão dos recursos naturais localizados em seus territórios. Por fim, a gestão ambiental tem como foco uma visão de preservação do meio ambiente, respeito pelas populações locais e desenvolvimento de novas tecnologias. O extrativismo possui impacto ecológico de alto grau, portanto, uma gestão ambiental adequada visaria reduzir ao máximo os efeitos disso.

A Bolívia foi um membro ativo da UNASUL e, apesar da inviabilidade prática de realizar todas as metas traçadas para as gestões, observa-se que tais princípios passaram a ser levados em conta no planejamento de desenvolvimento e no reconhecimento da importância de recursos naturais para interesses estratégicos nacionais. Desse modo, observou-se uma ampliação nos investimentos diretos no orçamento, acordos comerciais com países vizinhos e todo um planejamento para efetivar um crescimento econômico no país.

POLÍTICAS DE PLANEJAMENTO E NACIONALIZAÇÃO

Para compreender a estruturação de um planejamento focado em atingir as metas desenvolvimentistas, o governo boliviano conta com o Ministério de Mineração e Metalurgia, fonte dos principais documentos utilizados nesta análise, e que possui burocracia e organização pensadas de forma a destacar o papel das empresas mineradoras nacionais na cadeia produtiva. Por meio da COMIBOL (Corporación Minera de Bolivia), o governo organiza e faz a divisão de funções das nacionais da mineração, responsáveis pelos processos de extração, de exploração e, posteriormente, de criação de fábricas e de todo um processo tecnológico, que buscava ultrapassar as etapas primárias da mineração com a transformação desses recursos em bens de consumo.

A COMIBOL, apesar de existir desde a década de 1950, tem seu papel ainda mais destacado no século XXI, a partir de mudanças nas políticas públicas de Evo Morales, pautadas em nacionalização, industrialização e planejamento. Começando esse processo pela Vinto, mineradora de estanho de um grupo suíço, diversas empresas estrangeiras foram sendo nacionalizadas. Empresas como Jindal Steel e South American Silver, duas das principais exploradoras da região, e outras foram substituídas pelas estatais, um processo que foi realmente consolidado em 2016 com a reversão total, para o domínio do Estado, do direito de exercer a mineração das áreas ainda nas mãos de contratos privados.

Figura 3 - Linha do Tempo



Elaboração própria. Fonte: Ministerio de Minería Y Metalurgia.

Em 2008, foi elaborado pelo governo um primeiro plano setorial nacional de industrialização, visando desenvolver o planejamento de utilização de recursos e a efetivação de políticas públicas que reforcem essa participação do Estado no processo produtivo da

mineração. Dentro disso, há toda uma reestruturação e reforma legal que consolidava um novo marco normativo para lidar com a mineração. Como se pode ver nas figuras adiante, o próprio lítio, dentro do aproveitamento integral da exploração de recursos evaporitos,⁸ encontrar-se-ia em um ponto chave do desenvolvimento boliviano.

Nesse sentido, o “Plano Quinquenal de Desenvolvimento Mineiro Metalúrgica”, estabelece um conjunto de políticas setoriais, programas e projetos para ser executado nos próximos anos para que o setor de mineração se torne um pilar da economia nacional, com desenvolvimento industrial diversificado, a partir do prospecção até a fundição e refino de minerais, complementada com processos de transformação, industrialização e comercialização, gerando emprego decente e estável, promotor do desenvolvimento sustentado das comunidades em áreas de mineração, demonstrando que é possível ter mineração no país trabalhado racionalmente, adequadamente tecnificado, ambientalmente sustentável e aceito socialmente (BOLIVIA, 2008, p.1).⁹

Figuras 4 - Plano Setorial

Política.	Programa	Proyecto.	Ins.Ejecutora
1.Nuevo marco jurídico normativo para el desarrollo integral de la minería	1.Reforma del marco legal con visión eficiente y transparente	1. Implementación y socialización de la nueva Ley Minera.	Ministerio de Minería
2.Participación del Estado como actor y promotor del desarrollo de la Minería y Metalurgia	1.Reforma operativa del marco institucional de las entidades del sector Minero	1. Refundación de COMIBOL y Fortalecimiento de la nueva estructura institucional del sector Minero Estatal.	Ministerio de Minería
		2.Construcción e implementación del Archivo histórico Minero	COMIBOL
3.Desarrollo y diversificación del potencial minero metalúrgico del País	1.Prospección y exploración minero en el territorio Nacional	1. Prospección y exploración minera básica en Bolivia.	SERGEOTECMIN
		2. Desarrollo de los recursos hídricos subterráneos en Bolivia 1ra Fase.	SERGEOTECMIN
		3. Exploración geológica en	SERGEOTECMIN

Fonte: BOLIVIA, 2008.

⁸ O lítio é um recurso evaporito, que é um tipo de formação mineral, e que está concentrado no salar do uyuni na Bolívia

⁹ Tradução livre de: “En este sentido el “Plan Quinquenal de Desarrollo Minero Metalúrgico”, establece un conjunto de políticas, programas y proyectos sectoriales a ejecutarse en los próximos años a fin de que el sector minero se constituya en un pilar de la economía nacional, con desarrollo industrial diversificado, desde la prospección hasta la fundición o refinación de minerales, complementada con procesos de transformación, industrialización y comercialización, generadora de empleo digno y estable, promotora de desarrollo sostenido de las comunidades en zonas mineras, demostrando que es posible contar en el país con una minería racionalmente trabajada, adecuadamente tecnificada, ambientalmente sostenible y socialmente aceptada.”

Figuras 5 - Plano Setorial (sequência)

		6. Rehabilitación Fundación de Acero Catavi.	COMIBOL
		7. Rehabilitación de la Planta de Acido Sulfúrico Eucaliptos - Oruro.	COMIBOL
	5. Aprovechamiento integral de los recursos evaporíticos del Salar de Uyuni.		
		1. Levantamiento de los Recursos Evaporíticos del Salar de Uyuni y su Disponibilidad.	COMIBOL
		2. Explotación de Ulexita - Delta Río Grande Salar de Uyuni.	SERGEOTECMIN
		3. Aprovechamiento de los Recursos Evaporíticos del Salar de Uyuni y Desarrollo de la Química Básica.	MINISTERIO DE MINERIA
		4. Implementación de Laboratorio y Planta Piloto de Investigación de los Recursos Evaporíticos Lito	COMIBOL
	6. Retratamiento y aprovechamiento de colas y desmontes de COMIBOL.		
		1. Reprocesamiento de Relaves San Miguel - Potosí.	COMIBOL
		2. Retratamiento de Colas Antiguas Telamayu.	COMIBOL
		3. Retratamiento de Colas Arenas Catavi.	COMIBOL
		4. Implementación de Laboratorios Metalúrgicos, químicos y Planta Piloto en Oruro.	COMIBOL

Fonte: BOLIVIA, 2008.

Esses aspectos foram identificados, também, nos decretos governamentais e nas leis sancionadas para efetuar o processo de nacionalização, tal qual a própria Constituição do Governo Plurinacional da Bolívia, na qual os artigos 348 e 349 do capítulo 2 reforçam a importância estratégica e o reconhecimento de recursos naturais como parte do interesse nacional. Por fim, a partir de documentos orçamentários, observou-se um aumento no investimento visto pelo orçamento acumulado que, no ano de 2013, chegou a quase dobrar em relação ao ano anterior,¹⁰ embora ocorra novamente uma redução, em 2014, muito por conta do foco no processo eleitoral do ano em questão.

Artigo 348

I. Os recursos naturais são os minerais em todos os seus estados, os hidrocarbonetos, a água, o ar, o solo e o subsolo, as florestas, a biodiversidade, o espectro eletromagnético e todos os elementos e forças físicas que podem ser aproveitados.

II. Os recursos naturais são de natureza estratégica e de interesse público para o desenvolvimento do país.

Artigo 349

I. Os recursos naturais são propriedade e domínio direto, indivisível e imprescritível do povo boliviano, e sua administração corresponderá ao Estado de acordo com o interesse coletivo.

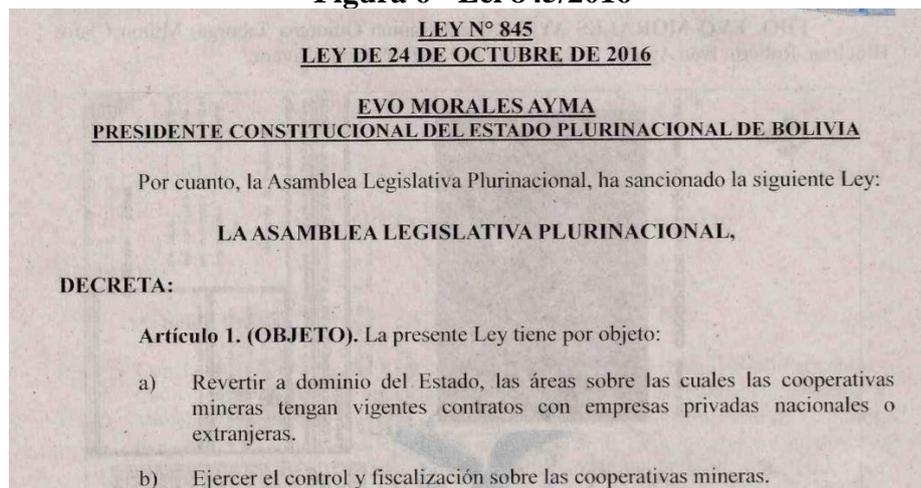
¹⁰ Orçamento de 2010: \$40.437.115,00; orçamento de 2011: \$112.053.117,00; orçamento de 2012: \$185.338.988,00; orçamento de 2013: \$360.004.088,00; orçamento de 2014: \$97.667.381,00. Orçamentos expressados em bolivianos (moeda do país).

II. O Estado reconhecerá, respeitará e concederá direitos de propriedade individuais e coletivos sobre a terra, bem como direitos de uso e exploração de outros recursos naturais.

III. A agricultura, a pecuária, bem como as atividades de caça e pesca que não envolvam espécies animais protegidas, são atividades que se regem pelo que estabelece a quarta parte desta Constituição, no que se refere à estrutura econômica e organização do Estado (BOLÍVIA, [S.d]).

Quanto às legislações, destaca-se o Decreto Supremo 1369, de 12 de outubro de 2012, sancionado por Evo Morales, responsável pela declaração de direito de uso exclusivo da exploração mineradora de 26 regiões para a COMIBOL, apesar de ainda existirem contratos vigentes com empresas privadas. Tal processo foi aprofundado com a lei 845, de 24 de outubro de 2016, com a reversão total para o domínio do Estado de quaisquer áreas ainda exploradas por contratos privados, em que o Estado, também, ficaria responsável pelo controle e pela fiscalização das corporações mineiras.

Figura 6 - Lei 845/2016



Fonte: Ministério de Mineração e Metalurgia do Estado Plurinacional da Bolívia.

Com todo esse processo de investimento, comprova-se que houve efetivamente uma busca por nacionalizar recursos. Além disso, os dados permitem que se identifiquem as bases da política externa boliviana nos anos de Morales, observadas na integração regional, pautada nos princípios da UNASUL e no investimento no desenvolvimento do país a partir da nacionalização de recursos e das trocas comerciais entre os países da América do Sul.

CONCLUSÃO

O caos levado às ruas da Bolívia e o risco de assassinato por grupos paramilitares já podem ser enquadrados dentro do *modus operandi* de guerra não-convencional, assim como a mobilização de protestos em aliança com a elite nacional boliviana e o envolvimento dos

Estados Unidos qualificam esse processo de eleição de 2019 dentro de um contexto de Guerra Híbrida sujeita a interesses externos. O próprio Morales, em uma entrevista à Gerardo Lissardy, da BBC News, ressalta que o envolvimento do país norte-americano, marcado por sua influência na OEA e pelo reconhecimento do governo interino autoproclamado de Jeanine Áñez, comprova que o movimento foi um golpe de Estado.

Tenho lindas memórias desta gestão presidencial fazendo política. Vítimas das ditaduras militares dos anos 1960 e 1970 me diziam, quando eu era presidente, 'Evo, cuidado com a embaixada dos EUA'. Eu perguntava por quê. Me diziam “só não há golpe de Estado nos EUA porque não há embaixada dos Estados Unidos nos Estados Unidos”. Durante todo o processo constituinte a embaixada conspirava contra mim. Por isso expulsamos o embaixador. Que os EUA tenha sido o primeiro a reconhecer essa senhora, é prova de que foi um golpe de Estado (LISSARDY, 2019, s/p.).

A relevância da Bolívia para tantas tentativas e uma sucedida desestabilização no país pode ser observada por diferentes vieses. Tanto de um contexto neoliberal de rompimento com governos progressistas, quanto por seus estratégicos recursos naturais. Isso pode ser visto por duas frentes: a da elite nacional e a de interesses internacionais. Essa primeira é muito marcada pela figura de Carlos Mesa, que representa os interesses da oligarquia boliviana e que teve seu governo como presidente caracterizado pelas privatizações de recursos essenciais como gás e água. Já no que tange aos interesses internacionais, vale a citação ao livro *Balas de Washington*, de Vijay Prashad.

Em julho de 2007, o embaixador dos EUA, Philip Goldberg, enviou um telegrama a Washington, no qual destacou que as empresas de mineração dos EUA haviam procurado sua embaixada para perguntar sobre o clima para investimentos na Bolívia. Goldberg achava que a situação para empresas de mineração não era boa. Quando perguntado se ele poderia organizar uma reunião com o vice-presidente, Álvaro García Linera, ele disse: “Infelizmente, sem dinamite nas ruas, é incerto que a Embaixada ou as empresas de mineração internacionais consigam atingir esse objetivo mínimo”. Dinamite nas ruas, uma frase que vale a pena mencionar. Um ano depois, Morales expulsou Goldberg da Bolívia, acusando-o de apoiar os protestos na cidade de Santa Clara. Uma década depois, foi a “dinamite” que removeu Morales do poder (PRASHAD, 2020, p. 160).

Todo o processo que resultou no eventual afastamento de Morales ainda não pode ser observado em sua totalidade, sendo os cenários políticos muito mais complexos que apenas um ou outro fator. Todavia, recuperando tudo o que foi abordado anteriormente, conclui-se dois pontos centrais para o fortalecimento da hipótese de que o ex-presidente ia em oposição aos interesses de setores privados. O primeiro, de que houve efetivo investimento em nacionalização e desenvolvimento a partir de recursos naturais bolivianos por parte do governo Evo Morales, em uma mudança política do que vinha ocorrendo até então. O segundo, a oposição de interesses entre elites nacionais e internacionais com esse processo que reduziu o

lucro privado para ampliar o estatal foi um fator de constante conflito, e foram, efetivamente, esses alguns dos principais atores a apoiarem a deposição de Morales. De um governo com enfoque no nacional e no desenvolvimento por parte do Estado para um governo interino mais aberto às iniciativas privadas, retornando a uma lógica anterior à Morales, o reconhecimento de recursos minerais, principalmente aqueles energéticos como o lítio,¹¹ como estratégicos mundialmente, leva-nos a compreender parte do que incitou o golpe de 2019. A união desses pontos coloca a mineração como sendo um objeto de interesse nacional para a Bolívia, e essas frentes opostas em disputa por recursos resultam em uma suposição embasada de motivações econômicas divergentes em uma quebra de ordem vigente.

REFERÊNCIAS

BOLÍVIA. Ministerio de Minería y Metalurgia. **Plan Sectorial de Minería**. 2008. Disponível em: <<http://www.mineria.gob.bo/documentos/plansectorial.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2022.

BOLÍVIA. Ministerio de Minería Y Metalurgia. **Documentos de gobierno del Estado Plurinacional de Bolivia**, [S.l.], [S.d.]. Disponível em: <<http://www.mineria.gob.bo/>>. Acesso em: 15 fev. 2022.

BOLÍVIA. Documentos de gobierno del Estado Plurinacional de Bolivia. Ministerio de Relaciones Exteriores, [S.l.], [S.d.]. Disponível em: <<https://cancilleria.gob.bo/webmre/>>. Acesso em: 15 fev. 2022.

BRASIL dá sinal verde à construção da Ferrovia Transoceânica. **Agência Brasil/ Agência DPA**, 22 mar. 2017. Disponível em <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2017-03/brasil-da-sinal-verde-construcao-da-ferrovia-transoceanica-em-la-paz>>. Acesso em 07 nov. 2020.

BRUCKMANN, Monica. **Recursos Naturales y la geopolítica de la Integración Sudamericana**. 1. ed., Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, v. 1. 163p., 2014.

DIÁLOGOS DO SUL. Bolívia: o que está sob ameaça após o golpe. **Outras palavras**, 2020. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/outrasmidias/bolivia-o-que-esta-sob-ameaca-apos-o-golpe/>>. Acesso em: 08 nov. 2020.

KORYBKO, Andrew. **Guerras Híbridas: das revoluções coloridas aos golpes**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LISSARDY, Gerardo. ‘OEA também é responsável pelo golpe de Estado’, diz Evo Morales em entrevista à BBC. **BBC News**, 2019. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50448460>>. Acesso em: 06 nov. 2020.

¹¹ Gás natural, neste ponto, não entra na análise por se tratar de um recurso de interesse regional, não global, no que tange às reservas da Bolívia.

LITHIUM. **Outlook to 2030. 17. Ed.** Disponível em: <<https://roskill.com/market-report/lithium/>>. Acesso em: 19 mar. 2021.

MERCADO de lítio: crescimento, tendência e expectativas para o Brasil. **Minérios y Minerales**, 30 jul. 2018. Disponível em: <<https://revistaminerios.com.br/mercado-de-litio-crescimento/>>. Acesso em: 19 mar. 2021.

PFRIMER, Matheus Hoffmann. Heartland Sul-americano? Dos discursos geopolíticos à territorialização de um novo triângulo estratégico boliviano. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, v. 15, n. 1, 2011.

PRASHAD, Vijay. **Balas de Washington**: uma história da CIA, golpes e assassinatos. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

PRASHAD, Vijay. As multinacionais, o valioso lítio da Bolívia e a urgência de um golpe. **Brasil de Fato**, 14 nov. 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/11/13/artigo-or-o-litio-da-bolivia-e-a-urgencia-de-um-golpe>>. Acesso em 08 nov. 2020.

RODRIGUES, Bernardo Salgado. O heartland sul-americano - a importância geopolítica da Bolívia para a América do Sul. **OIKOS**, v. 13, n. 1, 2014.

RAMS, Nara Romero. O gás natural que impulsiona a Bolívia. Traduzido por Beatriz Cannabrava. **Outras Palavras**, 03 out. 2019. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/outrasmidias/o-gas-natural-que-impulsiona-a-bolivia/>>. Acesso em: 06 nov. 2020.

SCHREIBER, Mariana. Qual o impacto da entrada da Bolívia no Mercosul? **BBC Brasil**, 17 jul. 2015. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/07/150717_bolivia_mercosul_ms_tg>. Acesso em: 07 nov. 2020.

SEVERO, Luciano Wexell. A importância geopolítica da Bolívia e a integração da América do Sul. **Carta Maior**, 2012. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Pelo-Mundo/A-importancia-geopolitica-da-Bolivia-e-a-integracao-da-America-do-Sul/6/25649>>. Acesso em: 07 nov. 2020.

SØRENSEN, Georg; JACKSON, Robert. **Introdução às Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2018.